

EFD-Contribuições: Os Desafios Acerca da Sua Implantação

Michele Bonfada Gaita¹

Resumo

A contabilidade tem na tecnologia uma grande aliada para o controle das informações. Uma das maiores modificações pelas quais a contabilidade está passando é a adaptação ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Neste contexto, o estudo tem como objetivo analisar quais são os maiores desafios encontrados nos escritórios contábeis pela implantação da EFD-Contribuições nas cidades de Cruz Alta, Panambi e Pejuçara no estado do Rio Grande do Sul. Metodologicamente com relação à forma de abordagem do problema, caracteriza-se como quali-quantitativo, quanto aos seus objetivos é descritivo e do ponto de vista dos procedimentos técnicos considera-se um estudo bibliográfico e de levantamento, através de um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas. Após o estudo, conclui-se que EFD-Contribuição trouxe inovação e uma expectativa de benefícios no futuro, mas também dificuldades para o exercício da profissão contábil bem como para as empresas no processo de implantação, além de mudança na cultura operacional.

Palavras-chave: EFD-Contribuição. Sistema de Informação. SPED. Contabilidade. Desafios.

Abstract

The technology has been a great ally to the accountancy mainly on control information. One of the biggest changes for which the accounting is going through is the adaptation to Public Digital Bookkeeping System (SPED). This academic work aims to get what are the challenges, to accounting offices (in *Cruz Alta*, *Panambi*, *Pejuçara* and in the state), on EFD-Contribution system implementation. The approach is methodologically qualitative-quantitative, the objective are descriptive, and for the technical point of view is a bibliographic and survey (by a questionnaire) work. The EFD-Contribution system brought innovation and will bring more profits; however, there are challenges on implementation, as accountants as the companies, the system implementation will change the operational culture of accountancy.

Keywords: EFD-contribution. The Information System. SPED. Accountancy. Challenges.

1 Introdução

A contabilidade vem evoluindo constantemente. Nessa década marcada pelo fim da era papel, o mundo está vivendo a era da informação e as mudanças de paradigmas a partir

¹ Acadêmica do oitavo semestre do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – Unicruz - email: michelebg_@hotmail.com

das novas tecnologias. Com o uso da informática e dos sistemas de informação, o débito e crédito que eram realizados de forma manual, agora, com o uso de sistemas, os lançamentos são feitos de maneira eficaz e rápida. O próprio sistema se encarrega de apurar os resultados dos lançamentos.

As mudanças no ambiente empresarial perpassam os âmbitos econômicos, financeiros e sociais, e entre elas as implementadas pelo governo brasileiro na área fiscal, contábil e trabalhista. Estas mudanças buscam adequar a contabilidade ao mundo virtual, de maneira que propiciem agilidade no processo de informações, de modo interligado na esfera federal, estadual e municipal.

Diante das novas necessidades, em 2007, o governo iniciou a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) que é composto por três pilares: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Contábil Digital (ECD) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

Todas as empresas terão que se adaptar a essa nova realidade. As empresas não passarão mais informações ao fisco em papel e sim por meio digital, de forma on-line. Com isso melhorará o acesso às informações dos contribuintes, e pelo cruzamento dos dados mediante auditoria eletrônica não será nem necessário ir até a empresa. Visto que o fisco nem sempre tem tempo, recurso financeiro e de pessoal suficientes para fiscalizar a empresa dentro do período prescricional.

Em virtude da elevada carga tributária existente, o Brasil tem como consequência um alto índice de sonegação. Carga tributária é a relação entre o que o governo arrecada e o Produto Interno Bruto (PIB). Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2014) o Brasil tem a segunda maior carga tributária da América Latina, estando somente atrás da Argentina. Em 2012, a carga tributária brasileira foi de 36,3% do PIB, que corresponde aos tributos e impostos pagos pelos cidadãos brasileiros e pelas empresas. Na Argentina foi de 37,3%.

Segundo Duarte (2009, p. 68),

O grande desafio das autoridades é aumentar a “presença fiscal” em um país com mais de 5 milhões de empresas legalmente constituídas e 10 milhões de informais. A solução é óbvia: utilizar-se de tecnologia da informação e conhecimento científico para criar uma inteligência fiscal capaz de realizar operações em larga escala.

Existem muitas irregularidades e perdas na arrecadação tributária brasileira. As autoridades fiscais sabem que só se reduz a sonegação com maior fiscalização, então o governo desenvolveu um sistema de informação mais ágil que é a EFD-Contribuições, que é

uma ferramenta muito poderosa uma vez que, de uma maneira muito rápida consegue-se apurar diferenças tributárias ou valores pagos indevidamente e apurações incorretas.

Desde sua instituição, é grande o impacto que a EFD-Contribuição traz para as empresas, para os profissionais da área contábil e para os profissionais da tecnologia de informação. A implantação do mesmo leva os profissionais da área atuarem com uma conexão entre seus clientes e o governo, com isso precisam estar munidos de ferramentas atualizadas e ter domínio da parte funcional e operacional para a implantação.

Diante disso, surge a problemática da pesquisa: quais são os maiores desafios encontrados nos escritórios contábeis nas cidades de Cruz Alta, Panambi e Pejuçara no estado do Rio Grande do Sul, acerca da implantação do EFD-Contribuições? Para responder esta questão de pesquisa o objetivo geral consiste em analisar quais são os maiores desafios encontrados nos escritórios contábeis pela implantação da EFD-Contribuições nas cidades de Cruz Alta, Panambi e Pejuçara no estado do Rio Grande do Sul.

Tendo como subsídio para o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos: identificar o perfil dos pesquisados, verificar quais as limitações encontradas acerca de tecnologia para a implantação da EFD, identificar as limitações encontradas acerca da qualificação dos profissionais e os principais responsáveis pela implantação.

A investigação é de extrema relevância, pois busca abordar um tema atual no dia a dia dos escritórios contábeis pela implantação da EFD-Contribuições, verificando quem são os responsáveis por esta implantação. As cidades de Cruz Alta, Panambi e Pejuçara foram escolhidas pela acessibilidade e por ter perfis diferenciados uma da outra, sendo que Cruz Alta é sede da Universidade de Cruz Alta, Panambi conhecida pelo polo metal e mecânico e Pejuçara por ser de economia eminentemente agrícola.

A aplicabilidade desse estudo justifica-se pela necessidade de adequação aos novos padrões exigidos pela EFD-Contribuições. Portanto, verificar quais são as maiores dificuldades encontradas na sua implantação se torna importante tanto para o fisco, como os próprios contadores responsáveis e também para os futuros profissionais que ingressarão no mercado, já sabendo quais são os principais desafios que os aguardam.

A estrutura deste artigo abarca a apresentação do referencial teórico, posteriormente apresenta-se a metodologia deste estudo, em seguida os principais resultados, e por fim as considerações finais e as referências que basearam esta pesquisa.

2 Referencial Teórico

2.1 Profissão contábil *versus* sistema de informação

No decorrer dos últimos anos os avanços da tecnologia da informação estão sendo muito rápidos, principalmente na parte de informática e internet. A internet é uma ferramenta utilizada pelas empresas, pois propicia uma comunicação rápida entre seus fornecedores e consumidores, agiliza procedimentos e processos como: transações bancárias, utilização dos serviços do governo etc. A informatização é uma realidade que hoje domina o mundo.

Segundo Moscove, Simkin e Bagranoff (2002, p. 23), “sistema de informação é um conjunto de subsistemas inter-relacionados que funcionam em conjunto para coletar, processar, armazenar, transformar e distribuir informações para fins de planejamento, tomada de decisões e controle”.

As empresas estão investindo na utilização da tecnologia, visto que, a partir de um sistema pode-se gerar vários relatórios cada vez mais completos e úteis, para fins administrativos, contábeis e financeiros.

Os sistemas têm que ser integrados e interligados, sendo de fácil manuseio atuando com segurança e rapidez nos processos, evitando erros para uma melhor eficácia na geração dos relatórios. Os sistemas devem ser implantados nas empresas de forma correta, de acordo com a necessidade de cada uma, para trazer benefícios futuros.

Conforme Duarte (2009, p. 16) “a informação pura não é conclusiva, não transforma a empresa, não toma decisões, nem cria oportunidades. Para que ela tenha valor é preciso utilizar as habilidades humanas de análise e síntese”.

O mercado de trabalho está exigindo cada vez mais de habilidades que vão além de somente gerar relatórios, ou ainda, um contador que só presta informações ao fisco. O profissional contábil deverá estar atento a todas as evoluções que vem ocorrendo, por que todo o avanço valoriza o profissional.

Segundo Lunelli (2014), a ciência vem evoluindo e com isso o profissional contábil também precisa evoluir para acompanhar aos novos conceitos utilizados, se atualizando constantemente e estudando os assuntos ligados à contabilidade, sistemas de tributação e a tecnologia que vem surgindo. A figura do contador “guarda livros”, vai ficando para trás, e o profissional da contabilidade vai se aliando cada vez mais às novas tecnologias.

2.2 Sistema público de escrituração digital (SPED)

O SPED foi instituído por meio do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 publicado no Diário Oficial Edição Extra.

O artigo 2º do decreto 6.022 define o SPED:

O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Esses livros serão emitidos eletronicamente, observando a Medida Provisória nº 2.002-2/2001, que garante a autenticidade, integridade e validade jurídica dos documentos eletrônicos. O governo brasileiro vem buscando se utilizar da tecnologia de informação para fazer com que a modernização ocorra de forma mais rápida.

Para Azevedo e Mariano (2009), o projeto SPED é uma alteração no cumprimento das obrigações fiscais acessórias realizadas pelas empresas, é a alteração da “cultura papel”, presente no nosso cotidiano, pela utilização de arquivos digitais.

Os principais objetivos do SPED, segundo a Receita Federal do Brasil: integração entre o fisco e contribuintes, padronização e uniformização das declarações acessórias enviadas ao fisco pelos contribuintes, e mais agilidade na descoberta de sonegação que possa vir a acontecer.

Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais. Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores. Tomar mais celeridade a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2014).

O SPED é o envio de informações eletrônicas que segundo a Receita Federal do Brasil (2014), trazem alguns benefícios, tais como: eliminação e redução no custo do papel, com isso, ocorrem a liberação de espaços para armazenar todos os documentos impressos, redução nas fraudes, rapidez nas informações processadas, redução no tempo dos auditores para fazer a fiscalização, cruzamento entre os dados contábeis e fiscais, melhoria da qualidade de informação, dentre outros.

O SPED é dividido em várias vertentes, SPED Contábil (ECD), EFD – ICMS/IPI (Sped Fiscal), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Central de Balanços, E-Lalur, EFD-Contribuições (Pis e Cofins), F-cont, EFD-Social, Nota Fiscal Eletrônica para Consumidor Final (NFC-e) e Escrituração Fiscal Digital sobre o Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica (EFD – IRPJ). Cada projeto possui andamento e estrutura própria, alguns já foram implantados e outros estão sendo criteriosamente implantados, ou ainda, estão em fases de estudo. Este trabalho foca o projeto na EFD-Contribuições, que coexiste na esfera Federal.

2.3 Escrituração fiscal digital (EFD-Contribuições)

A Escrituração Fiscal Digital das Contribuições (EFD-Contribuições) é parte integrante do projeto SPED, que busca promover a integração do fisco federal, estadual e municipal, bem como integrar todo o processo de escrituração fiscal substituindo o documento em meio físico (papel) por documento eletrônico.

Inicialmente foi denominada de EFD – PIS/COFINS (Escrituração Fiscal Digital das Contribuições para o Pis/Pasep e para a Cofins), foi instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 05 de Julho de 2010. Esta Instrução Normativa passou por algumas alterações, até que em 1º de março de 2012, foi revogada pela Instrução Normativa nº 1.252.

A IN nº 1.252 alterou a denominação da EFD-PIS/COFINS, que passou a denominar-se Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a receita (EFD-Contribuições), incluído, além da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, também Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita.

Conforme a RFB (2014), ficam obrigadas a adotar a EFD-Contribuições, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007, da Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012:

- I – em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2012, as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real;
- II – em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2013, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado;
- III - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014, as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

IV - em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de março de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 2011;

V - em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as demais atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º, e no Anexo II, todos da Lei nº 12.546, de 2011.

As pessoas jurídicas sujeitas à tributação do imposto sobre a renda com base no Lucro Presumido ou Real estão dispensadas da apresentação da EFD-Contribuições, sendo que no mês de dezembro deverá entregar, marcando os meses que não auferiu receitas, nem operações geradoras de créditos em relação aos meses do ano calendário, e que não tenha recebido receita bruta de venda de bens e serviços, operações sujeitas a apuração de créditos da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins.

Conforme a Receita Federal (2014) estão dispensadas da apresentação as empresas: Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) enquadrado do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos (Simples Nacional); as pessoas jurídicas imunes e isentas do IRPJ (Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica), cuja soma dos valores das contribuições apuradas seja igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) se ultrapassar esse valor em algum mês do ano ficará obrigado a entregar a declaração até o final do ano calendário; as pessoas jurídicas que se mantiverem inativas desde o início do ano calendário; autarquias e fundações públicas; órgãos públicos; e pessoas jurídicas ainda não inscritas no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica).

Segundo a Instrução Normativa RFB nº 1.252 art.5.

§ 3º Considera-se que a pessoa jurídica está inativa a partir do mês em que não realizar qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, observado o disposto no § 4º.

§ 4º O pagamento de tributo relativo a anos-calendário anteriores e de multa pelo descumprimento de obrigação acessória não descaracteriza a pessoa jurídica como inativa no ano-calendário.

A partir dos dados gerados pelo sistema que a empresa utiliza, deverá gerar um arquivo digital em formato de TXT no leiaute preestabelecido. Esse arquivo será importado e validado pelo Programa Validador e Assinador (PVA) fornecido pelo SPED. Neste arquivo são informadas as movimentações mensais, escrituradas pelos documentos idôneos, necessários para que se apurem os impostos.

O arquivo deverá ser transmitido pelo contribuinte mensalmente, via Internet, até o décimo dia útil do segundo mês subsequente ao mês de referência da escrituração, mesmo nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial. Deverá ser assinado digitalmente pelo representante legal da empresa ou procurador. Segundo o art.11 da IN 1.252 da RFB o arquivo poderá ser retificado, transmitindo um novo arquivo validado e assinado o prazo estabelecido conforme “§ 1º O direito de o contribuinte pleitear a retificação da EFD-Contribuições extingue-se em 5 (cinco) anos contados do 1º (primeiro) dia do exercício seguinte àquele a que se refere a escrituração substituída”.

O contribuinte deverá guardar o arquivo digital da EFD-Contribuições transmitidas, junto com o recibo de transmissão, observando os requisitos da integridade, autenticidade, segurança e validade jurídica, conforme o prazo estabelecido pela legislação para a guarda dos documentos fiscais. O arquivo a ser mantido é o arquivo TXT gerado e transmitido.

O armazenamento, geração e envio do arquivo digital não dispensa o contribuinte da guarda dos documentos que deram origem às informações nele constantes, conforme os prazos estabelecidos pela legislação aplicável.

De acordo com o art.10 da IN 1.252, quem não apresentar a EFD-Contribuições no prazo fixado do art.7º se sujeitará à aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês calendário ou fração, para as empresas que na última declaração, tenham apurado como Lucro Presumido e de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por mês ou fração, para as empresas que na última declaração, tenham apurado como Lucro Real ou Arbitrado. No início a multa era de 5.000,00 (cinco mil reais) por mês calendário ou fração. Essa multa poderá ser reduzida pela metade, quando a EFD-Contribuições, for apresentada fora do prazo antes do procedimento da intimação ou fiscalização.

O leiaute da EFD-Contribuições, esta organizado em blocos de informações, dispostos por tipo de documento, que por sua vez, estão organizados em registros que contêm dados, devendo ser analisados cada um dos blocos. De acordo, com o Ato Declaratório Executivo Cofis nº 20 de 14 de março de 2012 - Anexo Único (Alterado pelo Ato Declaratório Executivo Cofis nº 65, de 20 de dezembro de 2012 e nº 91, de 9 de dezembro de 2013) . Os blocos são caracterizados da seguinte forma:

Bloco	Descrição
0	Abertura, Identificação e Referências
A	Documentos Fiscais - Serviços (ISS)

C	Documentos Fiscais I – Mercadorias (ICMS/IPI)
D	Documentos Fiscais II – Serviços (ICMS)
F	Demais Documentos e Operações
I	Operações de Pessoas Jurídicas Componentes do Sistema Financeiro, Seguradoras, Previdência, Capitalização e Operadoras de Planos de Assistência à Saúde
M	Apuração da Contribuição e Crédito de PIS/PASEP e da COFINS
P	Apuração da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta
1	Complemento da Escrituração – Controle de Saldos de Créditos e de Retenções, Operações Extemporâneas e Outras Informações
9	Controle e Encerramento do Arquivo Digital

Quadro 1: Tabela de Blocos.
Fonte: Receita Federal, 2014.

A EFD-Contribuições, é um programa que exige muita atenção dos contribuintes por conter várias informações e se interpretada de maneira errada poderá ter consequências, pois o fisco já tem todas as informações, facilitando a fiscalização. Não é simplesmente enviar o arquivo, ele deve ser ajustado conforme as características, ramo de atividades e especialidades em que a empresa está incluída.

2.4 A profissão do Contador

A contabilidade é importante para os mais diversos tipos de usuários das informações, tanto para o controle, como para a tomada de decisões.

O contador vem se destacando nas diversas profissões existentes buscando conhecimento e aprimoramento, para continuar no mercado. O profissional tem que desenvolver a integridade, inteligência, conhecimento e responsabilidade perante seus atos.

Cavalcante e Schneiders (2008, p.72) definem contador como:

[...] O agente que pode qualificar, quantificar e interpretar os efeitos de transações planejadas, para tomar decisões e resolver problemas. O profissional contábil não é responsável pelas decisões, mas responsável pelo levantamento das informações e pelas dicas que interessam aos usuários para solução de problemas.

O contador como prestador de serviço assume as responsabilidades sociais, éticas, criminalmente e civilmente pela sua atuação e trabalho, e defendendo os interesses da classe. Podemos dizer que a tarefa do contador é produzir ou gerenciar informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisões.

O desafio dos contadores é acompanhar as mudanças que ocorrem a todo o momento, responsabilidades pelas demonstrações financeiras de uma empresa, seguindo os princípios para publicar e elaborar os demonstrativos e adequar o novo profissional às exigências do novo mercado de trabalho.

O profissional contábil atualmente tem uma aposição bem definida, um campo de trabalho vasto e diversificado, podendo atuar como: contador (financeiro, de custos, gerencial, público); auditor (interno e externo); perícia contábil; analista financeiro; consultor; professor etc.

Após o término do ensino superior em contabilidade, o profissional recebe o título de Bacharel em Ciências Contábeis.

A profissão está sendo bem valorizada, é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades para o profissional. As empresas estão cada vez mais sendo exigidas e precisam de profissionais capacitados, e ser Contador com a competitividade acirrada e mudanças muito rápidas numa visão inovadora requer atualização constante.

3 Metodologia

Neste capítulo é apresentada a metodologia científica, descrevendo os procedimentos adotados para realização da pesquisa, que nas palavras de Cervo e Bervian (1978, p. 37) é “uma atividade voltada para a solução de problemas. Seu objetivo consiste em descobrir respostas para perguntas, através do emprego de processos científicos”.

A metodologia utilizada teve uma abordagem de caráter qualitativo e quantitativo. De acordo com Richardson (1999, p. 70) a abordagem quantitativa “caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio padrão etc”. Ainda Richardson (1999, p.80 *apud* BEUREN 2004, p. 91) expõe que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Quanto aos seus objetivos é descritiva que tem como objetivo descrever algo, um fenômeno, um fato. Cervo e Bervian (2002, p. 66) dizem que “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”.

Ainda sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos, classifica-se em bibliográfica que segundo Silva (2006, p. 53) a pesquisa bibliográfica “explica e discute o problema com

base em referências teóricas já publicadas”. Também é uma pesquisa de levantamento (*surveys*), utilizando como um dos meios, o questionário para levantamento dos dados. Segundo Gil (1999, p.70), as pesquisas de levantamento:

Se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Por outro lado, a sistemática da coleta de dados utilizada foi o questionário, que segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 86) “é um instrumento de coleta de dados constituídos por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. O questionário foi elaborado baseado em estudos e na literatura. O questionário apresentou perguntas abertas e fechadas. As questões abertas são as que o informante pode responder livremente, usando sua própria linguagem. Já as questões fechadas, se caracterizam por aquelas que o informante escolhe sua resposta dentre as alternativas.

Os questionários foram aplicados no mês de setembro e outubro de 2014, via meio eletrônico (*google docs*) para uma amostra de 38 escritórios escolhidos por acessibilidade entre uma população de 55 escritórios, composta por 34 escritórios de Cruz Alta, 02 em Pejuçara e 19 em Panambi. Ocorre que apenas 17 escritórios do total selecionado na amostra participaram da pesquisa. Foram eles os 02 escritórios de Pejuçara, representando 100% da população; 10 de Cruz Alta, representando 29% e 05 de Panambi, representando 26%. A cidade de Cruz Alta foi escolhida por ser a sede da Universidade de Cruz Alta (Unicruz). Já Panambi foi escolhida por sua característica industrial, conhecida como a “cidade das máquinas” pelo seu parque industrial que atua no segmento metal/mecânico. E por fim a escolha de Pejuçara se deve por ser sua principal base econômica a agricultura. Assim, foram pesquisadas três cidades com características bem diferenciadas uma da outra, possibilitando que se possa verificar se este contexto gera alguma diferenciação no conteúdo das respostas.

Em relação à técnica de análise de dados, foi utilizada a análise de conteúdo. Conforme afirma Vergara (2003, p. 15) “a análise de conteúdo é considerado uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Assim, dos dados extraídos do questionário foram analisados, interpretados e relacionadas com base conceitual do artigo.

De posse dos resultados, iniciou-se a fase de tabulação dos dados com o *Software Excel*, onde os mesmos foram apresentados em forma de gráficos evidenciando o objetivo principal.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

Nesta seção serão discutidos e analisados os resultados do questionário aplicado aos responsáveis dos escritórios contábeis, utilizando a técnica de análise de conteúdo. O questionário foi composto de 21 perguntas, através das quais se buscou identificar o perfil dos entrevistados, os entendimentos acerca do SPED, as principais limitações em relação ao EFD-Contribuições e os principais responsáveis pela sua implantação.

Foram selecionados para compor a amostra, pelo critério de acessibilidade, 38 escritórios contábeis nas 03 cidades escolhidas, porém somente 17 responderam. Ou seja, apenas 45% dos questionários retornaram, não obstante a insistência e o reenvio do questionário. Se fosse considerado o total da população de 55 escritórios, nas três cidades, revelaria apenas 31%, demonstrando a baixa participação e comprometimento dos escritórios com o escopo da pesquisa.

4.1 Perfil dos pesquisados

Verificou-se, que 52,94% dos respondentes são do sexo masculino e 47,06% do sexo feminino, havendo, assim, uma pequena predominância do sexo masculino. Disto denota-se que a mulher está conquistando dia-a-dia seu espaço na área contábil, sendo que estudos posteriores poderão confirmar esta tendência.

Em relação à faixa etária 17,65% possuem idade até 25 anos, 23,53% estão entre a faixa de 25 a 35 anos, 23,53% de 35 a 45 anos, 17,65% estão na faixa de 45 a 55 anos e 17,65% tem mais de 55 anos. Destacou-se uma presença tanto de jovens como profissionais experientes visto que a porcentagem entre as idades não teve variação significativa. Segundo afirma Ruschel (2011) “a experiência profissional do contador é fator relevante quando se refere à confiabilidade do serviço prestado”.

Quanto à formação, foi demonstrado que 23,53% são graduados em ciências contábeis, e 35,29% são estudantes de ciências contábeis, 41,18% são técnicos em contabilidade. Em virtude da alta competitividade na área contábil, percebe-se que o contador

vem se destacando, fator que pode ser observado pelo percentual de 58,82% ao somar o percentual de graduados e de estudantes. Conforme a Lei 12.249 de 11/06/2010, os técnicos em contabilidade já registrados em Conselho Regional de Contabilidade e os que venham a fazer o registro estão assegurados a exercer a profissão até junho de 2015. Com isso, os profissionais que não possuem a graduação terão que cursá-la, caso queiram continuar nesta área. É importante que os profissionais se qualifiquem com sua formação não só para se manterem no mercado de trabalho, mas também, conquistar novos clientes.

Com relação ao tempo de trabalho na área da contabilidade conforme Gráfico 01, notou-se que houve tanto profissionais experientes que trabalham há mais de 20 anos na área que corresponde 35,29%, quanto profissionais com pouco tempo de atuação, com menos de 5 anos representados por 23,53% , de 6 a 10 anos com 23,53% dos respondentes, de 10 a 15 anos com 11,76%, e teve ainda os que atuam de 15 a 20 anos correspondendo a 5,88% dos entrevistados. Ou seja, é expressivo o número de profissionais que atuam há mais de 20 anos no mercado, demonstrando que permanecem na mesma profissão, mesmo com todas as adaptações necessárias ao seu exercício.

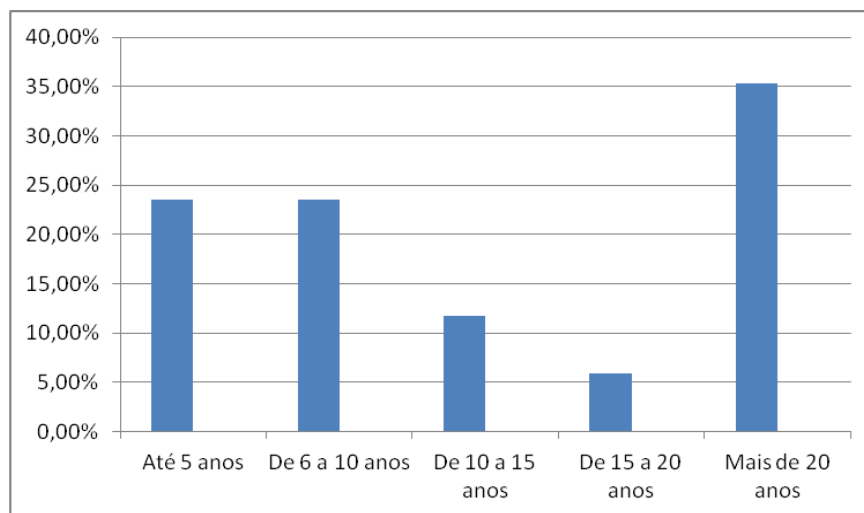


Gráfico 01: Tempo de trabalho na área contábil
Fonte: Elaborado pela autora.

A profissão de contador é uma das áreas que é bastante ampla oferecendo inúmeras alternativas para exercer suas atividades nos mais diversos segmentos. As funções podem ser: auditor (interno ou externo), assessor, perito contábil, professor, *controller*, consultor, entre outros. Deste modo, para o mercado de trabalho existe um vasto campo de atuação conforme Marion (2005, p.27) “a contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades

para o profissional [...].” Por isso o alto índice com profissionais há mais de 20 anos atuando na área contábil é bastante significativo.

4.2 Entendimentos acerca do SPED

Primeiramente foi questionado qual o entendimento do entrevistado sobre o que é SPED, sendo que a maioria respondeu que é uma escrituração fiscal digital, escrituração eletrônica, transmissão de dados para a Receita Federal e Estadual. O SPED está sendo uma revolução digital no âmbito da contabilidade, essa modernização traz muitos impactos para as empresas e contadores, pois pretende inovar esta relação, possibilitando o compartilhamento das informações entre as esferas governamentais e o cruzamento de lançamentos realizados pelas empresas.

Foi perguntado aos profissionais ou responsáveis se eles utilizam ou utilizaram algum subprojeto do SPED. Como pode ser observado no Gráfico 02 o subprojeto mais utilizado é o EFD-Contribuições correspondendo 41,18% e o com menos utilização é a Escrituração Contábil Digital (ECD) abrangendo 11,76%. Todos estes projetos fazem parte do projeto piloto SPED onde todos estão implantados e em funcionamento e a obrigatoriedade da apresentação já esta instituída, sendo o profissional contábil quem realiza esse trabalho como principal intermediador entre o governo e os contribuintes.

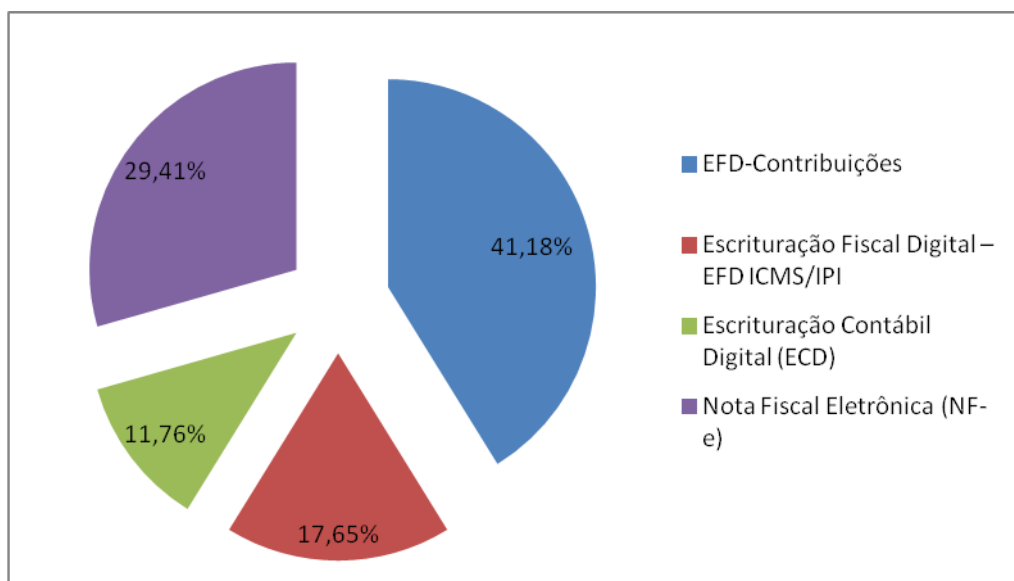


Gráfico 02: Subprojetos do SPED utilizados pelos profissionais
Fonte: Elaborado pela autora.

Com a nova Lei implantando a obrigação da entrega da EFD-Contribuição para as empresas tributadas pelo Lucro Real, Presumido ou Arbitrado entre outras que estão na obrigatoriedade, foi pesquisado junto aos escritórios para saber quantas empresas estão obrigadas a entregar a EFD-Contribuição e constatou-se que até 25% do total de clientes correspondem 47,06% que tem que fazer a entrega; 35,29% de 25% até 50% do total de clientes; e de 17,65% de 50% até 75% do total de clientes.

O governo está se adequando às novas tecnologias para controlar as informações recebidas, utilizando a EFD-Contribuição para aumentar a fiscalização, melhorar o controle nas transações e combater a sonegação fiscal. O que se confirma com a pesquisa, pois segundo os entrevistados a visão a respeito da EFD-Contribuição é uma maior fiscalização que corresponde 58,82% e que 29,41% afirmam que vai ter maior rapidez nas informações e apenas 11,76% vão usar da tecnologia. Segundo Duarte (2009, p.28)

Os fiscos, de uma maneira geral, têm aprimorado seus sistemas de fiscalização. A partir dos seus próprios bancos de dados e também através do cruzamento de informações permutadas com outras esferas de poder, há um aumento substancial dos resultados no combate a evasão fiscal.

Segundo Ruschel (2011, p. 17) “os sistemas de informação tornaram-se imprescindíveis para o desenvolvimento e o acompanhamento dos controles de uma empresa”. Por isso as empresas que utilizam o sistema do escritório contábil para gerar o arquivo da EFD-Contribuição varia entre 2 até 8 isto significa que as empresas possuem sistema próprio e estão se adaptando à tecnologia.

4.3 Principais limitações em relação ao EFD-Contribuições

Segundo a pesquisa, as dificuldades encontradas para atender as exigências da EFD-Contribuição referem-se principalmente ao treinamento de pessoal que corresponde 52,94% da opinião dos entrevistados. O treinamento serve para ampliar conhecimentos, habilidades, atitudes nas tarefas a serem executadas dentro ou fora de uma organização. As informações mudam a todo o momento sendo necessário preparar-se para estas mudanças porém esses treinamentos ou cursos na maioria não são gratuitos e em dependendo das cidades é necessário se deslocar para a mais próxima aumentando ainda mais o custo para as empresas ou para os escritórios.

Outra dificuldade foi o sistema de informação que representa 35,29% da opinião dos entrevistados e que está cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, seja nos aplicativos para celular, nos computadores, no gerenciamento das organizações etc. O avanço da tecnologia de informação vem de forma acelerada, sendo que primeiramente o processo de escrituração era feito de forma manual, depois mecânica e por último eletrônico o que beneficiou a profissão contábil. E por fim, apenas 11,76% dos entrevistados entendem que a maior dificuldade é encontrar mão de obra qualificada.

As empresas, em sua maioria têm condições para atender ao EFD-Contribuição, sendo que 58,82% responderam que sim e 41,18% que não. Os que entendem que as empresas têm condições de atender, afirmam ser por razão de ter recursos tecnológicos compatíveis com os exigidos pelo programa validador e estes representam 52,94%, por que com a tecnologia os números são mais corretos e os erros tronam-se mínimos frente aos 47,06% que não possuem esse recurso.

As informações que a Receita Federal necessita mediante a entrega da EFD-Contribuição, é em uma capacidade maior ao que as empresas estão habituadas, obrigando-as a terem um *software* de qualidade. No que tange a necessidade de aquisição de *software* na empresa, em média já possuem um sistema apto para gerar a EFD-Contribuição representando 23,53% porém se preocupam em efetuar melhorias no sistema, sendo que 41,18% já possuem sistemas, mas precisam ainda solucionar algumas falhas. Já 35,29% adquiriram um novo sistema. Isto significa que as empresas de tecnologia de informação estão se adaptando e conseguindo atender a obrigatoriedade da EFD-Contribuição. Desta forma, entende-se que é grande a preocupação das empresas em apresentarem informações de qualidade ao fisco.

Com tantas mudanças ocorridas no âmbito contábil aumentou e muito a responsabilidades dos profissionais como se pode observar no Gráfico 03 com 82,35% dos entrevistados entendendo que os profissionais contábeis a cada dia que passa recebem mais atribuições, sendo que as informações prestadas tem que ser confiáveis e verídicas. Porém, mesmo com o aumento da responsabilidade, 5,88% dos entrevistados entendem que não valorizou a profissão porque houve um aumento dos custos na prestação de serviço e estes dificilmente serão reajustados aos honorários.

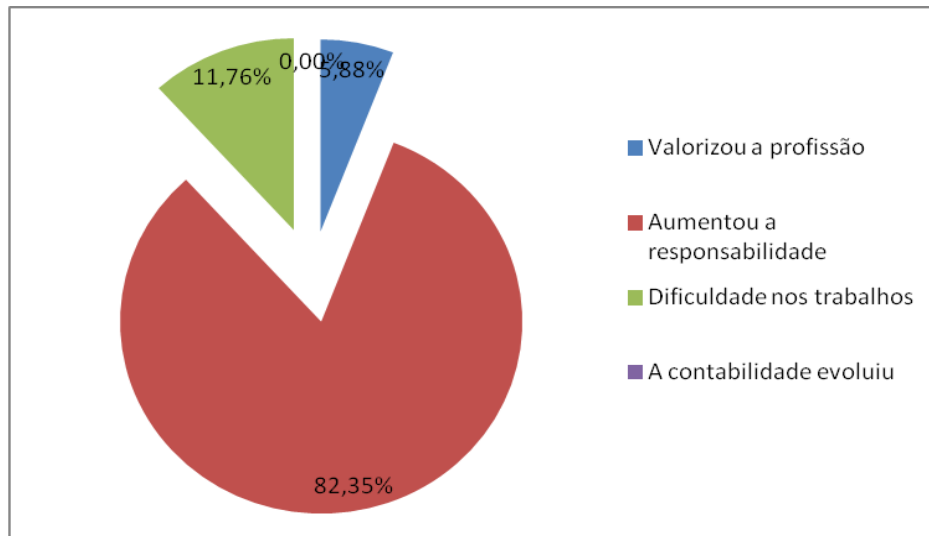


Gráfico 03: Mudanças ocorridas no âmbito contábil diante da obrigatoriedade da EFD-Contribuições
 Fonte: Elaborado pela autora.

A principal dificuldade na implantação conforme Gráfico 04 foi a mudança na cultura da empresa que corresponde 41,18%. Esta dificuldade foi apontada como sendo a principal, uma vez que qualquer mudança que seja normalmente causa resistência. Para mudar a filosofia da empresa às vezes é muito difícil, pois ela já vem com crenças e valores definidos devido que muitas empresas vêm de sucessão familiar passando de geração para geração. Para fazer as mudanças necessárias tem que quebrar paradigmas, costumes e valores. Como as mudanças ocorrem a todo o momento as empresas têm que estar aptas para sobreviverem no mercado.

Apresenta-se também outras dificuldades como o tempo para adaptação, na visão de 35,29% dos entrevistados, pois os ajustes, adequações que se vinha fazendo para gerar o arquivo correto era muito extenso e trabalhoso prejudicando principalmente as empresas que deixam para se adequar no último instante. O que foi menos relevante foi à falta de *software* adequado no entendimento de 23,53% dos entrevistados, pois a tecnologia de informação vem se adaptando muito rapidamente e o desenvolvimento da informática e internet aumentou a capacidade de armazenamento de dados e também de rapidez nas informações prestadas, por isso as empresas vem evoluindo junto.

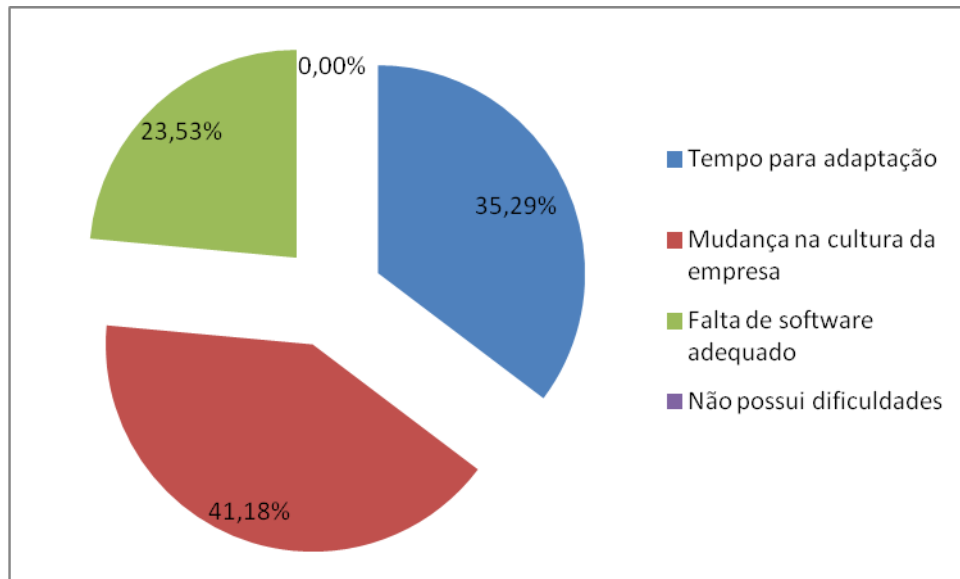


Gráfico 04: Dificuldades encontradas na implantação da EFD-Contribuições
Fonte: Elaborado pela autora.

No que diz respeito a como os pesquisados consideram o sistema Público de Escrituração Digital EFD-Contribuição 64,71% disseram ser um sistema bom por que é de muita relevância para o exercício da profissão, tem-se uma maior participação dos profissionais junto às empresas assessorando e auxiliando no que for necessário, adquirindo conhecimento e interagindo mais com o cliente visto que para muitos o contador ainda é um mero gerador de guia de impostos, relatórios ou que apenas gera informações ao fisco. Já 35,29% consideram o sistema como regular, pois traz mudanças culturais e organizacionais dentro de uma empresa.

4.4 Principais responsáveis pela implantação

Conforme o Gráfico 05 observou-se que os responsáveis pela implantação foram na maioria contadores e auxiliares 47,06% e uma grande significância de 35,29% sendo funcionários envolvidos com a contabilidade da empresa e apenas contadores 11,76% e representando uma minoria os técnicos em contabilidade, 5,88%. Percebe-se que não é apenas o contador que atua na implantação, atualmente com a EFD-Contribuição, outros colaboradores participam. Com isso talvez o contador possa ter mais autonomia e tempo para outros trabalhos a serem realizados, deixando assim o trabalho operacional para os demais profissionais que não atuem diretamente na contabilidade.

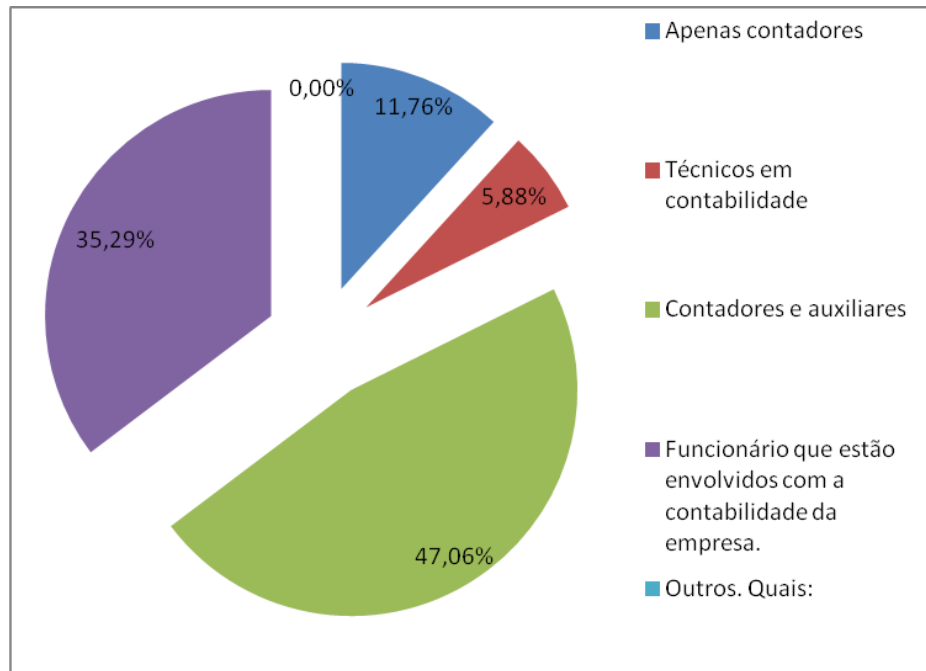


Gráfico 05: Principal responsável pela implantação da EFD-Contribuição
Fonte: Elaborado pela autora.

O fator determinante para 47,06% dos pesquisados para escolher o responsável pela implantação do sistema EFD foi ter conhecimento com contabilidade, pois a EFD-Contribuição possui informações muito detalhadas e o contador tem que estar preparado para auxiliar a tomar decisões corretas dentro da empresa. Para 41,18%, foi o tempo de atuação na área, pois entendem que ter experiência é um fator muito importante onde muitos requerem um profissional qualificado e competente sendo responsável, ético e comprometido com seu trabalho, os que possuem experiências fornecem informações eficientes, rápidas e precisas. Já apenas 11,76% foi o conhecimento de tecnologia da informação ou informática, conforme se pode visualizar no Gráfico 06.

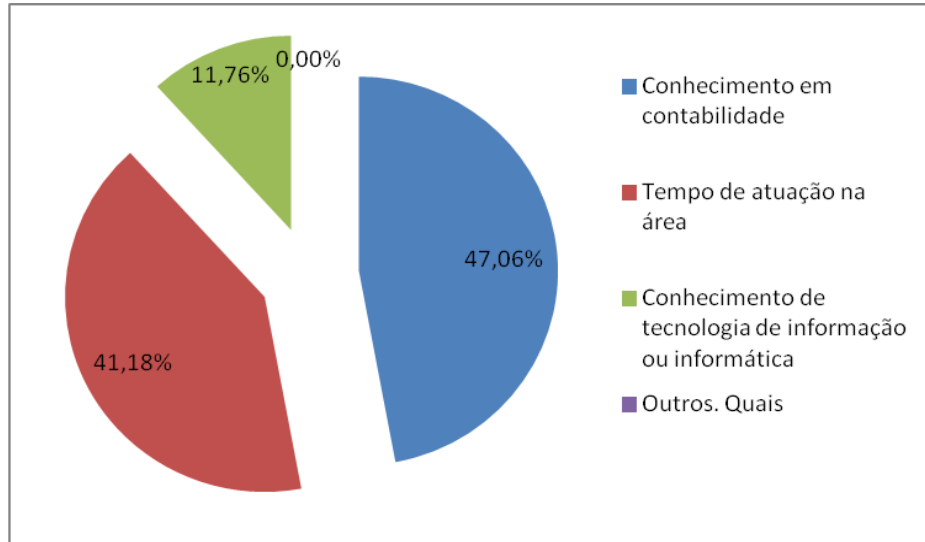


Gráfico 06: Fator determinante para definir quem seria o responsável pela EFD-Contribuição em seu escritório

Fonte: Elaborado pela autora.

Desde a implantação da EFD-Contribuição, foram promovidas diversas palestras, treinamentos e cursos para que os responsáveis ou profissionais pudessem se adequar a esse novo sistema. Por isso, a maioria dos responsáveis pela implantação passaram por treinamento sendo 82,35% dos entrevistados enquanto que 17,65%, não passaram.

Atualmente os que se consideram preparados para trabalhar com a EFD-Contribuição representam 76,47% devido à capacitação e qualificação realizada. Para estes, a participação nos cursos é de suma importância para que além de gerar mais conhecimentos, ser um profissional diferenciado para seus clientes. Já 23,53% não se consideram preparados para trabalhar, pois não se aprofundaram ou não tiveram oportunidades para ter êxito na execução da EFD-Contribuição.

Conforme Gráfico 07 a exigência no domínio do assunto influenciou 64,71% nos trabalhos dos profissionais da contabilidade e 23,53% responderam que teve aumento na quantidade de tarefas executadas e apenas 11,76% poucos profissionais capacitados. Portanto, houve um aumento significativo na exigência do domínio do assunto, isso ocorre devido às frequentes modificações da legislação e as diferentes formas de interpretação. A todo o momento surge algo novo ou alterações na legislação e é necessário que os profissionais busquem conhecer o assunto e com isso ser um profissional diferenciado entre os demais. Também houve um aumento na carga de trabalho com muitas tarefas para executar, em virtude do auxílio que é oferecido para as empresas clientes repassando todas as informações

e adequando os sistemas de acordo com o *layout* exigido pela EFD-Contribuição, isso sem contar as outras atividades que os profissionais têm que executar no seu dia a dia.

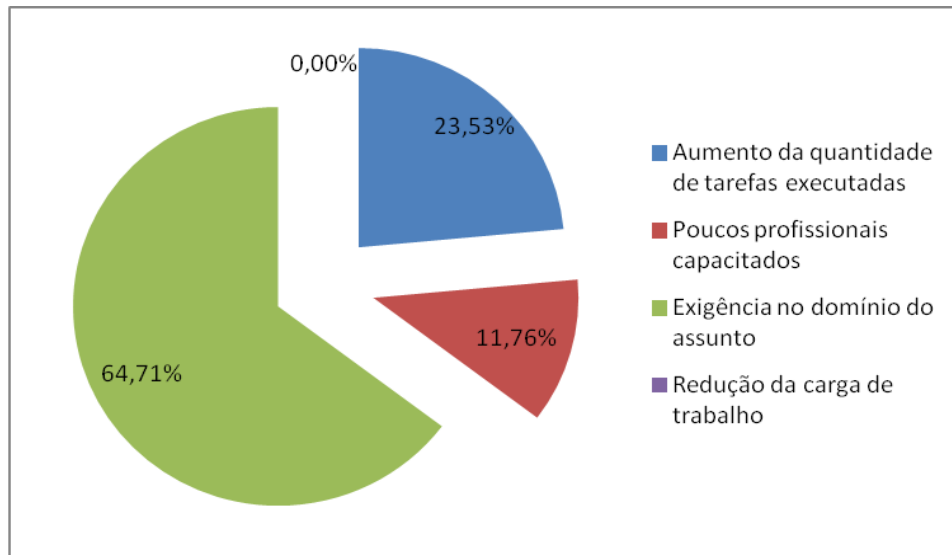


Gráfico 07: Influência do EFD-Contribuição no trabalho dos profissionais de contabilidade
Fonte: Elaborado pela autora.

É de extrema importância que o profissional se familiarize com esse novo sistema o mais rápido possível não deixando para resolver os problemas no último instante. Segundo Padoveze (2010, p.86) “a boa técnica contábil continua prevalecendo e os profissionais desatualizados ou desatentos serão alvo de intensa atividade fiscalizatória”. O EFD-Contribuição é um exemplo de situação que abrange governo, empresas, profissionais da contabilidade e tecnologia, sendo que a tendência é aumentar às exigências, assim como, a capacidade dos profissionais da área para suprir essas necessidades.

5 Considerações Finais

Depois apresentados e analisados os dados, é essencial que algumas considerações sejam feitas para o fechamento do objetivo do estudo que é analisar os maiores desafios encontrados pelos escritórios de contabilidade acerca da implantação da EFD-Contribuição. Com esse mecanismo, as empresas terão melhorias nas suas atividades, buscando meios mais certos para executar suas operações, já que a sonegação de impostos será dificultada.

A pesquisa permite afirmar que os subprojetos mais usados é a EFD-Contribuição e que a exigência da implantação nas empresas leva o profissional a se qualificar e ficar mais em contato com a empresa cliente. Para o profissional da área contábil a geração e utilização

dos dados informados pela EFD-Contribuição é uma chance de trabalho onde pode se aproximar da administração, auxiliando no planejamento tributário e no processo gerencial.

De acordo com a pesquisa, nota-se que as limitações em relação à implantação da EFD-Contribuição apresentaram algumas dificuldades: treinamento com pessoal e mudança na cultura da empresa. Com tudo isso a responsabilidade dos profissionais aumentou devido ao aumento dos serviços a ser executadas e na quantidade de trabalho, e os mesmos tiveram que se capacitar para utilizar a EFD-Contribuição.

A EFD-Contribuição é um sistema que contém informações muito precisas por isso a necessita de *software* adequado sendo que a maioria das empresas já dispõe. Para se ter informações confiáveis, ágeis e dinâmicas a tecnologia veio para amparar o trabalho dos profissionais e das pessoas, além das empresas, contudo, os avanços são muito significativos nessa área.

Pode-se atestar que a contabilidade e tecnologia estão completamente interligadas, não se podendo pensar em contabilidade sem a influência da tecnologia da informação. Os avanços já chegaram às esferas governamentais sendo que um dos maiores exemplos é o SPED que vai aumentar a fiscalização conseguindo identificar mais rapidamente os ilícitos tributários, reduzindo o tempo dos auditores fiscais na empresa.

Contudo, os responsáveis pela implantação foram principalmente contadores e auxiliares que passaram por treinamentos interpretando as legislações que a todo momento se modificam.

Diante deste contexto, foi possível ainda perceber que os profissionais possuem conhecimentos a respeito da EFD-Contribuição com um elevado índice devido estarem sempre se atualizando em relação ao assunto e ainda salienta-se a necessidade da experiência para poder dar assistência aos clientes.

Enfim, ressalta-se a importância desde estudo para os estudantes do Curso de Ciências Contábeis que passam a entender quais os desafios que terão que enfrentar no exercício da profissão, sendo que outros trabalhos poderão ser realizados nesta área, aprofundando a temática e abrangendo uma população e amostra maiores, proporcionando assim maiores conhecimentos.

Referências

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. 1. ed. São Paulo: IOB, 2009.

BEUREN, Ilse Maria et. al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Presidência da República, Casa Civil Subchefia para assuntos Jurídicos**. Medida Provisória 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2200-2.htm>. Acesso em 13 abril 2014.

CAVALCANTE, Carmem Haab Lutte; SCHNEIDERS, Paula Mercedes Marx. **A contabilidade como geradora de informações na gestão de micro e pequenas empresas de Iporã do Oeste/SC**. Revista Brasileira de Contabilidade, Florianópolis: Revista editada pelo CFC, ano XXXVII, v.37, n° 172, p.63-75, jul/ago.2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: O Brasil na era do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Ideas@work, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/carga-tributaria-brasileira-cresce-933-em-dois-anos>. Acesso em 03 maio 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **A Contabilidade e o Avanço da Tecnologia**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeetecnologia.htm>>. Acesso em 04 maio 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MOSCOVE, Stephen. A.; SIMKIN, Mark. G.; BAGRANOFF, Nancy. A. **Sistemas de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PORTAL DO SPED. **Sped Sistema Público de escrituração digital**. Disponível em: < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/default.htm>>. Acesso em: 20 abril 2014.

RAUPP, Mauri Fabiano; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia de Pesquisa Aplicável as Ciências Sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Altas, 2004.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>>. Acesso em 13 abril 2014.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Lei 12.249, de 11 de junho de 2010**. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2010/lei12249.htm>>. Acesso em 28 de outubro de 2014.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Sped Sistema Público de escrituração digital**. Disponível em: < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/efd-contribuicoes/default.htm>>. Acesso em 20 abril 2014.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa nº 1.052, de 05 de julho de 2010**. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2010/in10522010.htm>>. Acesso em 23 abril 2014.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa nº 1.252, de 01 de março de 2012**. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2012/in12522012.htm>>. Acesso em 23 abril 2014.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Ato Declaratório Executivo Cofis nº 20, de 14 de março de 2012**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/AtosExecutivos/2012/COFIS/ADCofis020.htm>>. Acesso em 25 maio 2014.

RUSCHEL, Marcia Erna; FREZZA, Ricardo e UTZIG Mara Jaqueline Santore. **O impacto do Sped na contabilidade: desafios e perspectivas do profissional contábil**. Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC. Florianópolis, v. 10, nº 29, p.9-26, abr./jul. 2011.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudo, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VERGARA, Sylvia Constat. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.